

Resistir, intensificar a luta e a unidade dos trabalhadores

07-Out-2011

CONTRA O RETROCESSO SOCIAL Ao invÃ©s de preconizarem soluÃ§Ãµes efectivas para a crise e o crescimento, o memorando assinado pelos partidos do chamado arco do poder (PS, PSD e CDS/PP) com a troika estrangeira e o programa do actual governo empurram vertiginosamente o paÃ>s para um panorama de recessÃ£o avassalador, para o aumento do desemprego, a misÃ©ria e o empobrecimento generalizado das populaÃ§Ãµes.

Depois de meio sÃ©culo sob uma ditadura fascista, o paÃ>s encontrou na RevoluÃ§Ã£o de Abril de 1974 a alavanca para o caminho da democracia e da justiÃ§a social, progredindo, desenvolvendo-se e pondo termo aos privilÃ©gios das grandes famÃ­lias econÃ³micas que paulatinamente os sucessivos governos do PS e PSD, isolados ou ligados com o CDS-PP, tÃªm afincadamente procurado restaurar.

O rumo polÃ­tico que o actual governo pretende levar a cabo â€ de ataque aos direitos, de degradaÃ§Ã£o dos salÃ¡rios e das relaÃ§Ãµes laborais, de desmantelamento do Poder Local DemocrÃ¡tico, de destruiÃ§Ã£o da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica e de privatizaÃ§Ã£o de serviÃ§os pÃºblicos essenciais â€ nÃ£o constitui mais do que a tentativa para, a coberto de um pretenso combate Ã crise e em nome de um demagÃ³gico interesse nacional, promover um verdadeiro ajuste de contas com a RevoluÃ§Ã£o de Abril, atacar violentamente as suas conquistas e possibilitar a restauraÃ§Ã£o dos privilÃ©gios daqueles que outrora enriqueceram desmesuradamente Ã custa da exploraÃ§Ã£o do povo portuguÃªs e dos trabalhadores.

Porque sÃ£o sinuosos e perigosos os caminhos que a coligaÃ§Ã£o de Passos Coelho e Paulo Portas pretendem trilhar, porque estÃ£o em causa direitos essenciais dos trabalhadores e das populaÃ§Ãµes, porque Ã© na prÃ³pria democracia e no futuro do paÃ>s que se farÃ£o sentir os efeitos nefastos da polÃ­tica do actual governo, aos trabalhadores e Ã s populaÃ§Ãµes cabe resistir com determinaÃ§Ã£o, ampliando a luta e a unidade em torno dos direitos, dos salÃ¡rios, do Poder Local DemocrÃ¡tico e dos serviÃ§os pÃºblicos.

Caminhos que por outro lado se interligam num panorama mais vasto de uma UniÃ£o Europeia cada vez mais ao serviÃ§o dos interesses do capital, uma Europa neoliberal de endeusamento dos mercados, de desregulamentaÃ§Ã£o das leis laborais, do desemprego e da injustiÃ§a. Uma Europa que se verga definitivamente aos ditames dos poderosos e sacrifica tudo e todos para garantir os lucros dos grandes sectores financeiros e do patronato.

A GrÃ©cia Ã© apresentada neste panorama como o mau aluno e o exemplo a nÃ£o seguir, como se fosse ela a grande causadora da crise que afinal Ã© uma crise do capital e da sua ganÃ§ancia sem limites, uma crise que cresce e se multiplica tanto mais quanto crescem e se multiplicam as panaceias neoliberais impostas pelo Fundo MonetÃ¡rio Internacional, pelo Banco Central Europeu e pela ComissÃ£o Europeia, bem assim como os lucros dos senhores da economia.

As grandes manifestaÃ§Ãµes da CGTP-IN que no passado dia 1 de Outubro juntaram em Lisboa e no Porto cerca de 200 mil trabalhadores constituem desde jÃ¡ um poderoso grito de contestaÃ§Ã£o Ã s polÃ­ticas do Governo PSD/CDS-PP, grito de contestaÃ§Ã£o que Ã© fundamental manter e intensificar, mobilizando todos os sectores da sociedade na luta comum por uma sociedade justa e solidÃ¡ria, pelo futuro e pela democracia.

Nesse sentido, para alÃ©m das linhas gerais de actuaÃ§Ã£o da CGTP-IN e da Frente Comum de Sindicatos da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, o PlenÃ¡rio Nacional do STAL, reunido em 7 de Outubro de 2011, em Almeirim, identifica como principais linhas de intervenÃ§Ã£o dos trabalhadores do sector:

I - O combate Ã destruiÃ§Ã£o do Poder Local, Ã reduÃ§Ã£o do nÃºmero de autarquias e de trabalhadores

O memorando assinado com a troika jÃ¡ o indiciava e o recentemente divulgado Ã© «Documento Verde da reforma da

Administração Local» confirma-o: o Governo pretende desferir uma verdadeira machadada letal sobre o Poder Local Democrático conquistado com a Revolução de Abril e construído ao longo dos últimos 37 anos de democracia.

São demagógicas e traiçoeiras as afirmações contidas naquele que é afinal um Documento Negro para a Administração Local, pois ao invés de pretender o seu reforço o Governo procura destruir a sua capacidade realizadora e o carácter de democraticidade que lhe confere o actual modelo de aproximação às populações e de existência de executivos multicolores

O STAL não pode deixar de olhar com particular preocupação a intenção de redução do número de trabalhadores das autarquias, bem como a anunciada dissolução de um largo conjunto de empresas do sector empresarial local. Reiterando as críticas que há muito vem fazendo sobre a forma abusiva e absolutamente desnecessária como se criaram dezenas e dezenas de empresas municipais, o STAL considera desde já:

«Que é impensável olhar-se para a realidade empresarial da administração local apenas em função da sua suposta rentabilidade, pois estamos perante entidades que prestam diversos serviços públicos essenciais, na sua maioria sem carácter lucrativo. O problema foi e tem sido a adopção de uma lógica empresarial na prestação de tais serviços – caminho protagonizado e impulsionado sobretudo pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP, anunciado mesmo em tempos como uma verdadeira solução milagrosa e indispensável -, como aliás o STAL desde sempre tem denunciado.

«Que o fim de empresas municipais não pode dar lugar à privatização dos serviços que actualmente lhes estão incumbidos, antes deve prever-se a sua remunicipalização efectiva.

«Que é indispensável o respeito pelo direito ao trabalho e à segurança de emprego de todos aqueles que hoje laboram neste universo, garantindo-se o regresso dos trabalhadores em situação de cedência de interesse público e a integração nos mapas de pessoal dos que entretanto foram admitidos pelas empresas em contrato individual de trabalho.

II - A luta em defesa da gestão pública da água, do saneamento e dos resíduos sólidos, contra as privatizações anunciadas

Há muito que o STAL vinha denunciando a estratégia dos diversos governos em relação a estes sectores, particularmente em torno da concentração dos serviços de água e de saneamento no grupo Águas de Portugal (AdP).

Confirma-se hoje, pela intenção de privatização da AdP já anunciada pelo Governo, aquilo a que muitos chamaram de discurso fatalista e do contra, preparando-se assim um autêntico bode aos interesses gananciosos das multinacionais da água que há muito vinham preparando o terreno para a concentração nas suas mãos deste bem público essencial à vida humana, monopólio natural e já apelidado mesmo como o «petróleo do século XXI».

Porque a luta pela água é uma luta pela sobrevivência, pela justiça e pela própria democracia, luta que extravasa em muito o combate específico dos direitos dos trabalhadores que prestam serviço neste sector, é fundamental alargarmos este combate a toda a sociedade portuguesa, particularmente em torno da campanha «Água é de todos» que neste momento recolhe já mais de setenta organizações.

III - A acção reivindicativa nos locais de trabalho em torno dos direitos, da segurança, higiene e saúde e da contratação colectiva.

Os efeitos nefastos da política de austeridade levada a cabo pelo actual governo (e pelos anteriores, sobretudo o de Mário Soares do Partido Socialista de José Sócrates) fazem-se sentir a todos os níveis da vida dos trabalhadores.

Entretanto, muitas autarquias aproveitam hoje o panorama de crise para justificarem a sonegação de direitos aos seus trabalhadores e evitarem a necessária intervenção na melhoria das suas condições de trabalho, esquecendo-se (ou procurando fazer esquecer) que sem trabalhadores não há prestação de serviços públicos e que a sua valorização constitui factor incontornável de motivação e de eficiência.

Por isso é fundamental não descurar a intervenção específica nos locais de trabalho, seja no que concerne à defesa e exigência do cumprimento dos direitos laborais, seja no que diz respeito às condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, para o que é fundamental a elaboração de cadernos reivindicativos locais, a sua discussão com os trabalhadores e apresentação às autarquias.

Também na luta pelos direitos a contratação colectiva assume particular acuidade, seja no plano das autarquias locais seja no âmbito do sector empresarial.

O STAL insiste na denúncia e no combate à tentativa de instrumentalização governamental e de condicionamento dos acordos colectivos de entidade empregadora (ACEP), que procuram sobretudo a introdução da adaptabilidade dos horários de trabalho nas autarquias locais.

Bem como insiste na apresentação de documento reivindicativo e exige um processo efectivo de negociação dos Acordos Colectivos de Trabalho para os sectores da Água e dos Resíduos das empresas do grupo Águas de Portugal.

Por outro lado importa continuar o esforço de intervenção no sector dos bombeiros, seja no âmbito das associações humanitárias seja no âmbito dos bombeiros profissionais sob a dependência dos municípios, procurando garantir direitos, bem como valorizar e dignificar a profissão, apresentando as suas reivindicações e forçando soluções num e noutro sector.

Assumir a defesa da ADSE, regime de Segurança Social dos Trabalhadores da Administração Pública, enquanto direito e património indispensável dos trabalhadores.

IV - Exigência de mudança

A crise que o país atravessa não é apenas o resultado dos efeitos da crise que se vive hoje à escala mundial, ela é também o reflexo das políticas de direita levadas a cabo ao longo das últimas décadas.

Porque o combate aos seus efeitos não passa pela insistência nas mesmas receitas de sempre mas sim por uma verdadeira ruptura com os caminhos que têm vindo a ser prosseguidos, o STAL, tal como a CGTP-IN e a Frente Comum, têm reiteradamente apresentado propostas que constituem soluções políticas e económicas efectivamente alternativas, propostas que não são só executáveis como absolutamente indispensáveis, particularmente:

• A renegociação da dívida, com juros e prazos realistas;

â€¢ A separação da d -vida pública da d -vida privada, assegurando-se que os custos da crise devem ser imputados em primeiro lugar aqueles que décadas a fio têm acumulado lucros em cima de lucros e potenciaram os problemas com que o país agora se confronta;

â€¢ A tributação das grandes fortunas e das mais-valias obtidas na bolsa;

â€¢ O combate à fraude,   evasão fiscal e à economia clandestina;

â€¢ O fim dos escandalosos benefícios fiscais dos bancos e do grande sector econ mico;

â€¢ A aposta no investimento produtivo e no investimento público;

â€¢ A valorização dos serviços públicos como garante de criação de emprego de qualidade e de investimento;

â€¢ A valorização dos salários, das carreiras profissionais e dos direitos dos trabalhadores

Intensificar a luta

Porque é fundamental combater o retrocesso social e resistir à ofensiva do Governo e do capital, o Plenário do STAL considera que é fundamental a intensificação da luta e o reforço da unidade dos trabalhadores, decidindo:

1     Apelar   determinação e ao empenhamento na luta geral dos trabalhadores, particularmente na semana de luta convocada pela CGTP-IN para a semana de 20 a 27 de Outubro e em outras acções que se venham a decidir.

2     Intensificar o combate à ofensiva do Governo contra o Poder Local Democrático e contra a intenção de redução do número de trabalhadores, o que passa pelo agendamento de acções específicas e pela intensificação da recolha de subscritores da Petição já em circulação.

3     Promover o empenhamento no combate à privatização da água, do saneamento e dos resíduos sólidos, particularmente em torno da Campanha  gua é de todos.

4     Assumir com sentido de responsabilidade, unidade e participação toda e qualquer forma de luta, Manifestação ou Greve, que venha a ser necessário desenvolver, mandatando os órgãos do Sindicato para a sua convocação.

Â

var switchTo5x=false;

stLight.options({publisher:'005e9612-b744-4780-b0d6-9dfd7026ff4c'});